Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 9-44
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Arquivo Insular Atlântico como Memória Global: A Propósito das Atas de Vereação do Funchal (1470-1600)

The Atlantic Insular Archive as Global Memory: Insights from a Madeiran Early Modern Archival Collection (15th and 16th Centuries)

Nuno Mota[1]

Resumo

Este artigo defende que a colonização dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI, particularmente a da Madeira, foi fundamental para os primórdios da globalização e da modernidade. Sustenta que estas ilhas forneceram matrizes de desenvolvimento que foram cruciais para o contexto atlântico mais alargado e que os seus arquivos devem ser vistos como representativos da memória global. Utilizando a Madeira e as atas da câmara do Funchal (Vereações) como estudo de caso, a análise revela a ilha como um "laboratório da modernidade", pioneira em modelos e soluções institucionais, económicas e sociais influentes, intimamente ligados à produção de açúcar e às primeiras manifestações do complexo de plantação da Época Moderna. O estudo destaca a "singularidade toplógica" única daquilo a que nos podemos referir como o "arquivo insular atlântico", intrinsecamente ligado à humanização inicial dos espaços arquipelágicos. Conclui que a valorização destes arquivos é essencial para compreender as origens da modernidade para além das narrativas e de um olhar historiográfico de cariz nacionalista, reconhecendo estas ilhas como eixos vitais de processos globais.

Palavras-chave: Madeira; Arquipélagos Atlânticos; Modernidade; Globalização Inicial; História Insular; Arquivos Insulares; Memória.

[1] Diretor Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem um percurso académico que se diversifica nas áreas da Sociologia Histórica e das Ciências Documentais. Desempenhou funções de arquivista no então Arquivo Regional da Madeira, depois Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Foi o primeiro Diretor da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Tem como principal interesse de pesquisa a história dos arquivos e das práticas mnemónicas. Contacto: nuno.mota@madeira.gov.pt.

Abstract

This paper argues that the 15th-16th centuries colonization of the Atlantic archipelagos, particularly Madeira, was foundational to early globalization and modernity. It posits these islands provided crucial templates for the wider Atlantic and that its archives must be seen as representative of global memory. Using Madeira and its Funchal council records (*Vereações*) as a case study, the analysis reveals the island as a "laboratory of modernity" pioneering influential institutional, economic, and social models and solutions, intimately related with sugar production and the first early modern manifestations of the plantation complex. The study highlights the unique "topological singularity" of what we may refer to as the "Atlantic insular archive", linked intimately to the initial humanization of archipelagic spaces. It concludes that valuing these archives is essential for understanding modernity's origins beyond nation-centric histories, recognizing these islands as vital crucibles of global processes.

Keywords: Madeira; Atlantic Archipelagos; Modernity; Early Globalization; Island History; Insular Archives; Memory.

As sociedades insulares que resultam da colonização dos arquipélagos atlânticos na transição da Idade Média para o início do período moderno detêm um conjunto de traços específicos[2]. Esses traços denunciam elementos comuns e aspetos gerais de continuidade ao nível do processo histórico da colonização e da ocupação do território insular, e das respetivas dinâmicas políticas, institucionais, económicas e ecológicas, e correspondentes relações sociais e de poder. A partir deste contexto histórico – que se reporta sobretudo aos séculos XV e XVI – e territorial – que coincide com os arquipélagos da Macaronésia: Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, aos quais podemos ainda adicionar São Tomé e Príncipe –, pretendemos defender três ideias, ou, se quisermos, propor três hipóteses. A primeira é a de que o processo histórico de colonização e humanização do território insular atlântico tem uma dimensão globalizante. Ou seja, as soluções encontradas nestes arquipélagos durante os primórdios da colonização, nos planos atrás referidos – o político e das relações de poder, o institucional, o económico e o ecológico –, funcionaram como balão de

[2] O presente texto consiste na versão em português do artigo que tivemos a oportunidade de publicar em língua inglesa sob o título «The Atlantic Insular Archive as Global Memory: Insights from a Madeiran Early Modern Archival Collection (15th and 16th centuries)», publicado em 2025 em Las Palmas pela Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria (RSEAPGC), na sequência da conferência proferida, em outubro de 2024, naquela mesma cidade, a convite da RSEAGPC. Pelo convite recebido, o nosso agradecimento ao Prof. Doutor Santiago de Luxán Meléndez. Estendemos os nossos agradecimentos ao Prof. Doutor Miguel Bandeira Jerónimo, pelos comentários e pela profícua troca de ideias a propósito de vários dos temas aqui tratados.

ensaio e ponto focal de origem para iterações e adaptações dessas mesmas soluções em outras geografias da grande plataforma atlântica ao longo do período moderno.

A segunda ideia que aqui queremos propor inscreve-se não no plano genérico da história dos arquipélagos atlânticos desde a sua ocupação ibérica, mas no domínio específico da história da memória destes mesmos espaços insulares. Essa segunda ideia concerne ao que iremos designar por "arquivo insular atlântico": *arquivo*, no singular, precisamente para defender que este espaço atlântico, marcado pela Macaronésia, ainda que não esgotado nessa região, configura também uma unidade específica e detentora de elementos caraterísticos e distintivos do ponto de vista dos seus sistemas arquivísticos e de informação e da historicidade dos seus dispositivos mnemónicos.

A articulação entre as duas hipóteses acima referidas conduz-nos a uma terceira e central hipótese: o arquivo insular atlântico é repositório de uma memória global. Esse facto tem, para nós, uma implicação imediata, que consiste na necessidade de valorizar e inscrever estes arquivos dos territórios insulares atlânticos numa história global do Atlântico e da própria modernidade desde os seus primórdios no século XV[3].

Assim, neste contexto, propomo-nos desdobrar estas três hipóteses e adiantar alguns elementos para a sua validação e verificação. Fá-lo-emos, no entanto, com uma grande limitação de base: o centramento no arquipélago madeirense, quer no que concerne à exploração dos aspetos históricos gerais, quer no que concerne à análise de elementos que visamos inscrever numa história insular (e macaronésica) da memória, e que nos são facultados por uma série documental em particular: as atas de vereação do Funchal. Limitação que, bem entendido, apela a investigação complementar e comparada, que incida sobre a história dos arquipélagos da Macaronésia e dos seus sistemas de informação no início do período moderno, mas que, segundo é nossa convicção, não nos deverá inibir da proposição das hipóteses acima referidas.

[3] Essa mesma necessidade foi o mote para a candidatura das atas de vereação da vila e, depois, cidade do Funchal (arquipélago da Madeira) ao Programa "Memória do Mundo", da UNESCO. Promovida pela Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (departamento do Governo Regional da Madeira), a candidatura referida não conduziu, até ao momento, à classificação pretendida para aquela série documental. No presente texto, limitaremos a consideração e análise dessa série documental e do seu contexto histórico aos séculos XV e XVI, mas deverá realçar-se que a mesma se estende até ao primeiro terço do século XIX.

A Madeira como Expressão e Vetor da Globalização

Modernidade e globalização são dois processos históricos profundamente interligados, que se alimentaram mutuamente, pelo que apenas por artificial segmentação analítica poderemos considerá-los em separado. Comecemos pelo segundo – a globalização –, para explorar, de forma breve, a participação do primeiro arquipélago atlântico descoberto e ocupado pelos portugueses na estruturação e aceleração das dinâmicas globais que marcaram o espaço atlântico na transição da Baixa Idade Média para o início do período moderno. Julgamos que a Madeira participa neste processo histórico de duas formas distintas. Uma primeira, de alcance mais limitado, prende-se com a inserção do arquipélago no processo histórico da globalização como um vetor do projeto expansionista, imperial e colonial português. Destaquemos alguns dos principais eixos dessa inserção. Em primeiro lugar, o eixo geoestratégico, em face do qual a Madeira rapidamente se afirma como ponto de apoio para a navegação portuguesa e base territorial de primeira importância, sobretudo, talvez, para as pretensões e investidas militares do reino português no Norte de África, estando amplamente evidenciada a intensa participação da aristocracia madeirense em campanhas militares por estas geografias, por exemplo, em Arzila, Larache ou Safim. No caso desta última, os seus inúmeros cercos, nas palavras do historiador Rui Carita, «foram essencialmente apoiados por levas militares da Madeira»[4]. A intensidade do envolvimento militar madeirense em África era de tal ordem que, à retaguarda, conduzia a preocupações quanto à própria segurança da Madeira, por exemplo, justificativa de uma carta do duque D. Manuel sobre «a segurança da terra»[5].

Em segundo lugar, um eixo logístico, associado à rápida especialização do arquipélago enquanto economia agrária com forte perfil comercial e de exportação. Aludimos aqui à importância e à escala da exportação de cereais madeirenses para o reino, sobretudo de trigo, desde os começos do povoamento. Exportação que,

[4] CARITA, 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro», p. 364. Precisamente, uma grande expedição madeirense a Safim, liderada pelo terceiro capitão-donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, é romanceada, a partir de factos históricos reais, por João dos Reis Gomes em *A Filha de Tristão das Damas* (GOMES, 2023, *A Filha de Tristão das Damas – Romance Histórico Madeirense*). O mesmo motivo histórico estaria na origem daquele que é considerado o primeiro filme madeirense, *O Cerco de Safim*, de 1913, também de João dos Reis Gomes.

[5] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), Registo Geral, 1395, f. 168, disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/viewer/descriptions/1033563/2680970. Esta mesma carta é citada por Alberto Artur Sarmento, que, a propósito da participação madeirense na expedição de Larache, liderada por João Gonçalves da Câmara, afirma que «todos os senhores da Madeira se ofertaram para esta grande empresa» (SARMENTO, 1932, *A Madeira e as praças de África*, p. 16).

mitigando uma escassez crónica de cereais na metrópole, podemos tomar como constitutiva de uma base nutricional de possibilidade para a projeção globalizante de Portugal no Atlântico. Como afirma Vitorino Magalhães Godinho, o próprio impulso português para as ilhas terá tido como causa fundamental «acabar com a escassez de cereais em Portugal»[6]. É certo que essa função de apoio nutricional foi efémera e rapidamente substituída pelos cereais do arquipélago dos Açores, mas, ainda assim, foi efetiva e influente – como, por exemplo, atesta o facto de, no ano de 1473, todos os cereais da Madeira (e também dos Açores) terem sido escoados para a cidade de Lisboa[7], verdadeiro centro do expansionismo português.

Aos cereais podemos adicionar o caso da madeira, que, desde Cadamosto e Alcoforado, tem sido destacada como género de exportação com um lugar central na economia primitiva do arquipélago desde os primeiros momentos do povoamento. Assim, a madeira da ilha da Madeira abastecia a metrópole e outros mercados na Europa e, entre os seus muitos usos, no arquipélago e fora dele, figurava a construção naval. Para alguns autores, como José Manuel Azevedo e Silva – aliás, na senda da famosa passagem de Gaspar Frutuoso em *As Saudades da Terra*[8] –, a madeira da Madeira terá mesmo revolucionado a construção naval portuguesa na segunda metade do século XV[9]. Esta é, sem dúvida, uma hipótese que merece investigação mais circunstanciada, mas que, a ser verificada, consubstancia um fator logístico adicional que inscreve o arquipélago da Madeira como vetor da globalização, numa esfera de influência portuguesa em franca afirmação a partir da segunda metade do século XV.

Seja como for, independentemente da maior ou menor dimensão puramente comercial e económica dos géneros de exportação atrás referidos, desde o início da colonização do arquipélago, julgamos que o aspeto fulcral a reter se prende com o facto de este dinamismo comercial, resultante da exploração de recursos locais, ser suscetível de ser compreendido como um primeiro passo no sentido da estruturação de uma matriz colonial de desenvolvimento e organização social que, posteriormente, teria significativa implementação e seria objeto de adaptações no mundo colonial português. Promovida por uma espécie de capitalismo do Estado, por

6 GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», p. 35.
7 SERRÃO, 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, p. 72.
8 FRUTUOSO, 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, p. 65.
9 SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. I, p. 334; cf. CARITA, 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro».

uma confluência entre ação régia e iniciativa privada[10], que originou a mobilização de importantes recursos para o esforço da colonização e desbravamento do território insular, essa matriz colonial de desenvolvimento, de cariz tendencialmente moderno, está em formação praticamente desde os primeiros instantes do povoamento. Num certo sentido, é como se essa matriz colonial de organização e desenvolvimento do espaço insular fosse subjacente ao próprio intento do povoamento, cristalizando, no imediato, desde praticamente os primeiros instantes da história insular, alguns dos seus traços distintivos fundamentais[11]. Entre esses traços, poderíamos resumidamente destacar uma economia agrária e comercial assente em atividade de tipo extrativo; a propensão para monoculturas de exportação e para um sistema económico escassamente diferenciado; a forte verticalidade da estrutura social e a incorporação, na organização social, de formas de dominação racial; e a relação da metrópole com a colónia pautada pelo primado da extração fiscal.

Sem nos querermos demorar neste tópico, não podemos deixar de relevar três aspetos específicos dessa matriz colonial de desenvolvimento e organização social, que se articulam, com originalidade histórica, desde o primeiro povoamento do arquipélago. Em primeiro lugar, a intensidade da relação extrativa do homem com a natureza, que conduziu a economias de escala significativas nos processos económicos instaurados e ao forte, e quase instantâneo, dinamismo das exportações e da exploração comercial dos géneros insulares. A expressão comercial dessa intensidade na relação extrativa com a natureza é bem ilustrada por Zurara, quando o cronista observa que, no século XV, as casas se tornaram mais altas graças à quantidade de madeira importada do arquipélago madeirense[12]. Em segundo lugar, a velocidade, a volatilidade e a natureza tipicamente cíclica dos processos económicos, que conduziram a que, num curtíssimo período de cerca de meio século – desde a chegada dos primeiros colonos até à explosão da produção açucareira na década de 1470 –, três culturas de exportação distintas se tenham sucedido, com grande pujança comercial, no quotidiano do arquipélago. Em terceiro lugar, a importância de

[10] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 47-48.

[11] Uma observação análoga pode ser feita para o caso das Canárias, como atesta o facto de, imediatamente após a chegada dos primeiros invasores europeus em 1402 – e, portanto, muito antes de consumada a dominação das populações autóctones –, se terem iniciado processos de transformação do território insular, guiados pela motivação de criação de riqueza, o que daria prontamente origem à exportação, para mercados europeus, de urzela, cereais, vegetais, madeira, peles e sebo, para além dos próprios guanches, comercializados enquanto escravos (CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, p. 94).

[12] ZURARA, 1841, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, pp. 14-15.

expressões do que poderíamos designar por hibridismo social, inerentes à afirmação do espaço colonial insular como plataforma de oportunidades e ascensão social – como contexto de uma «mistura de capitalismo e feudalismo» e do que vários autores designaram de *capitalismo senhorial* –, espaço para a emergência de novos tipos sociais, como o «cavaleiro-mercador», e ainda de dinâmicas cosmopolitas e multiculturais, de relações de poder racializadas e baseadas no esclavagismo, a par de elementos de organização tipicamente medievais, assentes no protagonismo político e social da aristocracia enquanto classe dominante[13]. Em suma, novas configurações, novos eixos de estruturação do espaço social, novas tensões e linhas de conflito num quadro social em diferenciação e acrescida complexidade.

Neste contexto, não podemos seguir uma leitura da colonização da Madeira e dos arquipélagos atlânticos como a que propõem autores como Charles Verlinden, que descrevem um cenário de forte continuidade entre a experiência colonial medieval na Europa – que se desenvolveu no quadro de movimentos predominantemente interiores no Velho Continente, com projeção talvez privilegiada na plataforma mediterrânica – e a colonização daqueles arquipélagos. Assim, segundo Verlinden – que varre, de uma assentada, qualquer hipótese de originalidade histórica neste quadro atlântico do fim da Idade Média e do início do período moderno –, a singularidade da colonização dos arquipélagos atlânticos resultaria meramente da adaptação gradual e ativa ao novo meio insular, acrescentando, candidamente, que esse património colonial medievo é, para os arquipélagos atlânticos, «muito mais importante do que a adaptação, que é uma lei inevitável da vida»[14]. Pelo contrário, os elementos de rutura dos processos de colonização dos arquipélagos atlânticos, relativamente às experiências da colonização no contexto medieval, afiguram-se-nos notórios se perspetivados no quadro amplo dos desenvolvimentos iniciais da globalização e da emergência do capitalismo, e compreendem, por definição e desde a sua origem, vetores modernizantes.

O segundo modo pelo qual a Madeira participa no processo histórico da globalização tem um alcance mais vasto, que podemos isolar se considerarmos que a colonização deste arquipélago no século XV representou a verdadeira primeira

[13] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 47-49; CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 23; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 360-366.

[14] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, p. 10. No original: «much more important than the adaptation which is an inevitable law of life». Salvo indicação em contrário, todas as traduções de textos citados em língua estrangeira são da nossa autoria.

"pegada" no âmbito do movimento de projeção da Europa em direção a Ocidente. Como afirmam Virgínia Rau e Jorge de Macedo, tratou-se do «primeiro empreendimento da colonização moderna» e uma operação que, até então, «nunca a Europa cristã empreendera»[15]. O ineditismo da ocupação sistemática, metódica e continuada de um território insular atlântico por europeus representa e concretiza não apenas essa projeção do Velho Continente em direção a todo um novo espaço de expansão e influência, mas também – e, seguramente, não menos importante – o que podemos interpretar como a primeira consubstanciação societal da globalização. Ou seja, ao contrário de uma certa narrativa, ainda hoje influente, que propõe que a colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores constrói, fundamentalmente, Portugal no Atlântico, num processo essencialmente conduzido pelos interesses portugueses e assente nas suas instituições e tradições; ao contrário dessa narrativa, o que gostaríamos de propor é que os vetores económico, político e social da globalização num sentido verdadeiramente transnacional se consubstanciam nas sociedades insulares atlânticas. Dito de outro modo: as sociedades insulares da Macaronésia são manifestamente o produto de uma globalização histórica, situando-se talvez numa posição de confluência e sobreposição entre o que alguns autores designam de "globalização arcaica" e "proto-globalização"[16]. Por outro lado, e como veremos mais à frente, a importância que teve, nestas sociedades insulares, o chamado "complexo de plantação", principalmente associado à produção açucareira, permite-nos articular a hipótese de que elas também tenham sido exemplos precoces e precursores da "globalização moderna"[17].

É interessante verificar que os elementos de intensidade, velocidade, volatilidade e hibridismo que acima e brevemente identificámos no processo histórico de humanização do arquipélago da Madeira, e na sua matriz colonial de desenvolvimento, são, afinal, uma derivação da própria intensidade e escala, historicamente inéditas, do movimento centrífugo de projeção da Europa para fora do seu espaço original de influência. Uma outra forma de capturar a intensidade e complexidade dessa projeção centrífuga é rotulá-la por via do conceito de globalização. Esta é, com efeito, uma constatação genérica, quase abstrata, mas que nos parece importante para que possamos preservar a singularidade e a originalidade dos processos de colonização dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI.

---

[15] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, p. 10.

[16] BAYLY, 2002, «'Archaic' and 'Modern' Globalization in the Eurasian and African Arena, c. 1750-1850».

[17] Cf. DRAYTON, 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850».

A Madeira como Laboratório de Modernidade

A Madeira foi um *laboratório de modernidade*, um palco de inovações circulantes numa plataforma atlântica incrementalmente globalizada desde os primórdios do período moderno. Foi «campo de ensaio» e «estação experimental [para] processos e técnicas depois aplicados em mais larga escala» nas restantes ilhas atlânticas, no Brasil e em África[18]. Assim, o processo de colonização deste arquipélago enquadrou soluções para novos problemas e foi veículo de adaptações e inovações, posteriormente reintroduzidas noutros contextos de uma modernidade em estruturação a partir de dinâmicas globais, transnacionais e transterritoriais. Bem entendido, a afirmação da Madeira como laboratório de modernidade não resulta de uma especial propensão dos agentes insulares, mas, fundamentalmente, da conjugação, no arquipélago, de um conjunto de processos geopolíticos, sociais e económicos globais, intimamente associados à construção do Atlântico como rede de relações e trocas, à emergência do capitalismo e à estruturação do complexo de plantação. Estes processos, aos quais a Madeira emprestou a fecundidade do seu território e a vitalidade e iniciativa dos agentes e grupos que nesse território confluíram, enquadraram e deram rumo à experiência em concreto de adaptação ao meio insular. Esses mesmos processos eram fundamentalmente direcionados para «maximizar e acelerar a extração de riqueza da terra e do trabalho»[19]; e, dada a sua natureza global, não podiam deixar de ter semelhante expressão nos demais arquipélagos da região macaronésica do Atlântico, replicando-se e adaptando-se ante a fisionomia particular desses territórios e em face da singularidade dos grupos e agentes que nos neles confluíram. Como afirma, com irrepreensível síntese, Vitorino Magalhães Godinho: «Os arquipélagos são, nos séculos XV e XVI, os laboratórios desta imensa transformação e os seus centros difusores»[20].

Em benefício de alguma – ainda que inevitavelmente breve – sistematização do argumento, parece-nos que essa afirmação da Madeira como laboratório de modernidade se materializou, pelo menos, em torno de três eixos distintos. O primeiro eixo é o institucional. Com efeito, é desde logo no contexto mais formal dos instrumentos institucionais e administrativos que a humanização do arquipélago madeirense procura articular uma resposta a um desafio radicalmente novo: como garantir a soberania do Estado no quadro insular e numa circunstância de forte

[18] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, p. 9.
[19] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», p. 380. No original: «maximizing and accelerating the extraction of wealth from land and labor».
[20] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», p. 43.

descontinuidade territorial relativamente ao espaço continental/metropolitano? Um dos termos fundamentais da resposta a esse desafio consistiu nas capitanias-donatarias: unidades de divisão administrativa do território que tinham à sua frente o capitão-donatário (enquanto representante local do donatário ou senhor da ilha), e que proliferariam, a partir da sua introdução bem-sucedida na Madeira, no império português, constituindo, por exemplo, uma matriz da colonização e da organização política e administrativa do Brasil a partir de 1534[21]. Inevitavelmente, perderiam protagonismo e importância em face de uma tendência de centralização do poder régio, e, no caso madeirense, manifestamente a partir da reintegração do arquipélago nos domínios da Coroa a partir de 1497. Mas, não obstante a sua natureza em parte feudal e senhorial, relevada por Verlinden[22], as capitanias-donatarias foram, sem dúvida, uma inovação que instituiu um substrato adicional de poder situado numa posição intermédia entre o poder local e o poder régio/central. Nessa medida e num certo sentido evocam –se quisermos, numa aceção meramente funcional – os mecanismos políticos e institucionais autonómicos enquanto solução intermédia de poder para esse mesmo problema, tipicamente insular, do exercício eficiente da soberania do Estado "à distância", isto é, num quadro de descontinuidade territorial relativamente às agências do poder central.

É certo que um argumento semelhante ao que aqui perseguimos pode ser referido a propósito dos municípios, que foram «o primeiro passo da expansão atlântica em termos administrativos», servindo a experiência municipal nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, desde o século XV, como «protótipo para a implantação dos municípios portugueses e castelhanos» nos territórios americanos, africanos e asiáticos sob controlo de Portugal e de Espanha[23]. Mas, no caso das capitanias-donatarias, há uma valência prototípica adicional, que se prende com a natureza inovadora desta solução e com o facto de a mesma parecer ser especialmente calibrada para o circunstancialismo periférico, afinal caraterístico da conjuntura colonial. Dito de outro modo: a introdução das capitanias-donatarias na Madeira é, no plano das soluções institucionais e de administração, um passo seminal na construção histórica do dispositivo colonial.

[21] BOXER, 1977, *O Império Colonial Português*, pp. 109-111; SERRÃO, 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, p. 14; CARITA, 2021, «Capitanias».

[22] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, pp. 203-240.

[23] SUÁREZ, 2024, «La Administración Municipal de los Archipelagos Macaronésicos Durante la Edad Moderna», p. 81.

O segundo eixo em torno do qual a Madeira se afirma como laboratório de modernidade – se quisermos, *da* Modernidade – é o económico. Este é um eixo que, na conjuntura insular da segunda metade do século XV, nos remete para a indústria do açúcar e para a "revolução" do açúcar madeirense, que configurou, nas palavras de Jason W. Moore, «the modern world's first cash crop boom». Num fenómeno verdadeiramente explosivo e de escala inédita na Europa, e em toda a história precedente da cultura açucareira desde a Antiguidade, a produção e exportação de açúcar na Madeira – que se intensifica sobretudo a partir da década de 1470 – atinge, em 1506, o seu pico em termos de exportação, ascendendo naquele ano a 2500 toneladas[24]. Obviamente, este não é o lugar para descrever os marcos dessa história, relativamente conhecida, do açúcar madeirense. Mas, num fio argumentativo que em muito deriva da interessante análise de Jason W. Moore, atrás referida[25], importa relevar que esse fenómeno produtivo e comercial, em si mesmo profundamente novo no volume e escala que rapidamente atinge, é o resultado de diversos fatores de manifesto pendor modernizante.

Em primeiro lugar, o influxo de capital financeiro internacional – sobretudo de origem italiana (principalmente de Génova e Florença) e flamenga –, que financiou uma parte importante da infraestrutura açucareira na conjuntura da transição para o século XVI, foi fator de dinamização da produção e, sobretudo, da exploração comercial, da fixação de redes de distribuição e da implementação de instrumentos financeiros, de técnicas e de meios de comércio[26]. A propósito deste tópico, não podemos deixar de relevar, de novo, os aspetos de escala, neste caso do influxo (sob a forma de investimento), mas também da extração (sob a forma de lucro, rendas e impostos) e da distribuição de capitais, capturados por uma apreciável diversidade de agentes, num quadro em que muitos beneficiavam, ainda que de modo notoriamente desigual: desde os pequenos lavradores de cana, aos grandes proprietários e senhores de engenhos, aos intermediários comerciais, portugueses e,

[24] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 345, 353.

[25] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506»; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530».

[26] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, pp. 22-32; GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 48-49; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 360-366; VIEIRA, 2017, «Estrangeiros».

sobretudo, estrangeiros, e até ao próprio Estado, munido de ferramentas de extração fiscal em franco desenvolvimento e especialização[27].

Em segundo lugar, o aspeto ecológico, claramente associado, no quadro insular atlântico, a dinâmicas transformadoras, de novo justificativas da aplicação da ideia de "laboratório" ao contexto histórico e territorial que ora perseguimos. Como afirma Alfred W. Crosby a propósito dos Açores, da Madeira e das Canárias, «These three archipelagos of the eastern Atlantic were the laboratories, the pilot programs, for the new European imperialism, and the lessons learned there would crucially influence world history for centuries to come. The most important lesson was that Europeans and their plants and animals could do quite well in lands where they had never existed before»[28]. O elemento que gostaríamos de destacar, no caso específico da Madeira, concerne à intensidade e à sistematicidade da utilização dos recursos ecológicos locais enquanto fatores de produção – nomeadamente a madeira, utilizada como combustível no cozimento do açúcar e no fabrico das caixas que o transportavam, e a água, utilizada para movimentar os engenhos hidráulicos, e cujo aproveitamento está na origem da obra monumental que são as levadas. Por conseguinte, e como releva assertivamente Jason W. Moore, a indústria açucareira madeirense desenvolveria uma relação predatória com o recurso ecológico constituído pela floresta Laurissilva, que seria dizimada muito rapidamente, com todas as consequências ecológicas inerentes e, de resto, largamente irreversíveis até à atualidade, como a erosão dos solos e a redução da biodiversidade. Estes desenvolvimentos na ilha da Madeira, na transição para o século XVI, configuram uma espécie de modernidade ecológica associada aos primórdios do capitalismo (uma nova «capitalist world-ecology» ou um novo «ecological imperialismo»), no contexto da qual a desflorestação e a exaustão dos recursos naturais se serializam em crises ecológicas regionais sucessivas[29].

Note-se o facto de a dimensão ecológica da produção açucareira se encontrar vinculada à necessidade, tipicamente capitalista, de maximização do lucro. É esse vínculo que explica a ciclicidade (as fases ascendente e descendente) e a natureza explosiva e disruptiva do processo económico e comercial no contexto colonial

[27] Este é um cenário atestado de forma liminar no livro de estimos do açúcar de 1494, diligentemente analisado e reproduzido por Virgínia Rau e Jorge de Macedo (1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*).

[28] CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, p. 100

[29] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 352-353, 380-382; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530»; CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, pp. 70-103.

insular. Ou seja, uma vez esgotados os recursos ecológicos locais indispensáveis à rentabilidade da atividade económica extrativa, o ciclo produtivo/comercial termina ou torna-se residual, e os capitais são transferidos do território e externalizados para outras geografias, onde iniciarão novos processos cíclicos, de duração mais ou menos variável, e causarão novas crises ecológicas associadas. A Madeira, com a sua revolução açucareira, está na origem deste novo padrão económico e ecológico. Tão ou mais súbita e espetacular do que a ascensão da indústria açucareira madeirense foi a sua queda. Após o auge de 1506, em que se produziram quase 180 mil arrobas de açúcar branco, e o ano de 1537, em que a produção de açúcar branco pouco supera as 25 mil arrobas, verificou-se uma variação negativa na produção superior a 85%[30].

A modernidade e a globalização são, num sentido essencial, fenómenos de conexão e circulação. Antes de mais, de pessoas e de capitais, e, com ambos, de culturas, mundividências, informação, saberes e técnicas[31]. O que nos remete para um terceiro fator de facilitação da revolução do açúcar madeirense: o tecnológico. Com efeito, está relativamente bem documentado o modo como a Madeira foi, desde o século XV, foco de origem e de irradiação, para todo o Atlântico, de adaptações de técnicas e de inovações tecnológicas associadas à produção açucareira. Inovações que resultam, como releva Alberto Vieira, da adaptação à cultura açucareira de soluções aplicadas noutras culturas (como a prensa utilizada no vinho ou a mó de pedra utilizada no azeite e nos cereais), mas que seriam transformadas no contexto insular. Exemplo acabado dessa transformação são os engenhos hidráulicos, alimentados pela abundância de cursos de água na ilha, e que seriam utilizados desde 1452 (com o engenho de Diogo de Teive, o primeiro engenho de açúcar movido a água) e depois introduzidos noutros territórios de ambos os lados do Atlântico. Processo análogo se aplica à moenda por via de cilindros e eixos, provavelmente de origem bem mais remota e distante (China ou Índia), mas claramente introduzida na moderna indústria açucareira atlântica a partir da Madeira. Um exemplo final são as caldeiras e fornalhas, usadas na Madeira, ainda que de forma limitada nos séculos XV e XVI, para cozimento da garapa, no que diríamos constituir uma espécie de proto-industrialização desta cultura, que, de algum modo, antecipa uma outra magnitude de economias de escala introduzidas no século XIX com o recurso ao vapor[32].

---

[30] Cf. PEREIRA, 1969, «O Açúcar madeirense de 1500 a 1537: Produção e Preços», pp. 53-158; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530».

[31] Cf. APPADURAI, 1996, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, pp. 27-47.

[32] VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», pp. 10, 13-18.

Desde a Madeira, e ainda que em relação com outras geografias "precedentes", este *know-how* e as técnicas de produção açucareira chegariam rapidamente às Canárias – levados por madeirenses, que promoveram a indústria da produção de açúcar em Gran Canaria, Tenerife, La Palma, e La Gomera – e a São Tomé e Príncipe[33]. Estes mesmos saberes e técnicas chegariam às Caraíbas logo em 1515, levados para Santo Domingo por mestres de açúcar das Canárias[34]. Para além das Canárias e de São Tomé, o conhecimento açucareiro madeirense chegaria ao Brasil[35] e pode mesmo ter circulado diretamente para a América espanhola, pois sabe-se que os portugueses foram importantes na introdução de plantações de cana nas Caraíbas, nomeadamente em Porto Rico[36]. Apesar de a investigação sobre a propagação dos conhecimentos e das práticas associadas ao açúcar se revelar ainda incipiente, evidências linguísticas relevantes demonstram claramente a sua circulação a partir da Madeira. Com efeito, neologismos madeirenses associados ao açúcar estão documentados para os Açores, as Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e o Brasil[37]. Ainda que menos comuns, esses mesmos neologismos, que remontam aos séculos XV e XVI, foram detetados na América espanhola, em regiões como a Colômbia e a Venezuela[38]. Por fim, a conhecida e ativa participação da Madeira no arranque da revolução açucareira no Havai, durante o século XIX, serve-nos como uma ilustração tardia deste padrão num novo contexto oceânico[39].

O terceiro e último eixo em torno do qual a Madeira se afirma como laboratório de modernidade prende-se com a dimensão das relações sociais e de poder. Como afirmou António Aragão, no Funchal da transição para o século XVI «o padrão social assentava, sem qualquer desvio, na economia açucareira. O açúcar dominava as mentes e as relações de vida. Pensa-se e vive-se em termos quase de absoluta dependência da produção e do comércio dos açúcares. Uma sociologia do açúcar toma vulto e fornece a estrutura básica aos moradores da ilha»[40]. Esta "sociologia do açúcar" consistiu nas primeiras manifestações, no quadro moderno, do que podemos

[33] VIEIRA, 2004, «Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650», p. 48; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 22.
[34] MINTZ, 1985, *Sweetness and Power*, pp. 33-34.
[35] VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, pp. 69-71.
[36] MINTZ, 1985, *Sweetness and Power*.
[37] NUNES, 2003, *Palavras Doces: Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*; NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[38] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[39] CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, pp. 140--184.
[40] ARAGÃO, 1984, *As armas da cidade do Funchal no curso da sua história*, p. 28.

designar por uma sociedade dos engenhos ou de plantação. A importância deste tópico obriga-nos a discutir o mesmo num ponto à parte.

O Complexo de Plantação e o Nascimento da Escravatura Industrial

Para efeitos de enquadramento deste eixo das relações sociais e de poder enquanto vetor de modernidade no arquipélago da Madeira ao longo dos séculos XV e XVI, urge que atentemos brevemente na experiência da escravatura desde o princípio da humanização do espaço insular. O aspeto que, antes de mais, se destaca prende-se com a precocidade do recurso à mão de obra escrava. Bem entendido, a história da escravatura na Europa no século XV é fértil em novos e disruptivos desenvolvimentos, que estão em marcha com o acesso de Portugal a linhas de abastecimento de escravos na região subsaariana, pelo que o recurso à escravatura na Madeira não constitui, propriamente, uma inovação no quadro histórico da projeção ibérica em direção à costa ocidental africana, que seria a base dessa longa e fatídica história do comércio atlântico de escravos. Mas tudo indica que, ainda assim, a Madeira tenha efetivamente estado na linha da frente desse próprio movimento, desde logo por via de incursões nas Canárias, que resultaram em captura de guanches – com investidas no arquipélago canário reportadas para datas tão recuadas quanto 1425, 1427 e 1434[41] –, bem como na condição de beneficiária direta desse novo fluxo de abastecimento de mão de obra escrava, controlado pelos portugueses a partir do Golfo da Guiné.

Ou seja, o recurso à escravatura na Madeira, que precede largamente a indústria do açúcar, acompanha o primeiro movimento de ocupação do arquipélago, é uma parte da própria experiência do povoamento. As razões são óbvias: a escassez de colonos, a dureza da ocupação de um território como o madeirense e, talvez mais importante, o próprio contexto social da colonização do arquipélago, conduzido, como releva Greenfield[42], por uma pequena aristocracia fortemente motivada por pretensões de ascensão social – a que acresciam, como vimos, as pretensões guerreiras, elas próprias um meio de valorização simbólica e de *status* –, pouco compatíveis

[41] GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», p. 543; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420--1506», p. 357; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 26.

[42] GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building».

com a assunção do ónus do desbravamento do território e de tarefas especialmente duras, como a construção de levadas. Segundo Alberto Artur Sarmento, os escravos eram «empregados no árduo trabalho de desbravar a terra, britar a pedra, arrumá-la, suster os trabalhos de cultivo nas margens das ribeiras e pelas encostas. Cabouqueiro e valador, besta de carga, carpindo o peso, [o escravo] era movido à pranchada no retardo manhoso, pelo capataz, sem piedade»[43].

Em suma, é impossível compreender o povoamento do arquipélago sem que, na reconstituição desse processo histórico, se integre o recurso intensivo – e não meramente doméstico – à escravatura como uma dimensão axial e estruturante da colonização. Na nossa opinião, esta importância funcional dos escravos vindos das Canárias e, depois, de África, nas vagas iniciais do povoamento do arquipélago, é provavelmente uma condição de facilitação das primeiras expressões de uma sociedade dos engenhos ou das plantações, a que aludimos atrás; expressões que se tornariam notórias décadas depois, com a explosão da produção açucareira. Em suma, a escravatura terá constituído uma componente central do quadro sociocultural insular, o que facilitou os modelos sociais e de poder em que assentaria a economia do açúcar.

Segundo Philip D. Curtin, o «complexo das plantações» constitui «um aspeto da história mundial, centrado nas plantações de escravos nos trópicos americanos». Este complexo teve a sua origem no Mediterrâneo medieval, mas, gradualmente, «o coração do complexo deslocou-se para Oeste, através das ilhas do Atlântico como a Madeira, São Tomé e as Canárias, para o Brasil – mais tarde, para as Caraíbas e o sul da América do Norte»[44]. O aspeto decisivo que impele essa circulação do complexo das plantações desde o Mediterrâneo para Ocidente é a associação entre escravatura e agricultura, ou, se quisermos, a quebra do vínculo historicamente predominante até ao século XV entre escravatura e trabalho doméstico. Aliás, esse vínculo entre escravatura e contexto familiar/doméstico foi particularmente manifesto em Portugal nos séculos XV e XVI, emergindo, com destaque, entre a nobreza portuguesa, o recurso à escravatura com fins simbólicos e ostensivos[45].

Citemos de novo Curtin: «Os escravos tinham servido como trabalhadores agrícolas nos latifúndios romanos, mas a reintrodução da escravatura na agricultura foi uma inovação da indústria do açúcar». Note-se que o trabalho na indústria do

[43] SARMENTO, 1938, *Os escravos na Madeira*.

[44] CURTIN, 1996, «As Plantações», pp. 41-42; CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, pp. 18-25.

[45] SAUNDERS, 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, p. 97.

açúcar se distingue por ser particularmente intenso, desde logo porque «O peso ou o volume da colheita da cana-de-açúcar é enorme [quando] comparado com outras culturas tais como o trigo ou o milho»[46]. Portanto, podemos afirmar que a deslocação para Ocidente do complexo das plantações começou na Madeira com a seguinte originalidade: o nexo entre escravatura, trabalho agrícola intensivo e comércio/exportação. Esse nexo, que caraterizaria toda a história moderna da escravatura até à sua abolição, constituiu uma inovação global introduzida na Madeira na segunda metade do século XV.

Alberto Vieira, o autor que terá estudado de forma mais sistemática a escravatura no quadro insular madeirense, afirma que não podemos estabelecer uma ligação muito estreita entre a produção açucareira e a escravatura na Madeira. Este argumento geral parece decompor-se, fundamentalmente, do seguinte modo: (1) o número de escravos na Madeira, por engenho e por proprietário, é relativamente reduzido[47]; (2) a extensão limitada dos canaviais inibiu o recurso a grandes quantidades de escravos; (3) a concentração de escravos no espaço urbano indicia uma escravatura predominantemente doméstica e não associada ao meio e ao trabalho rurais; (4) a força de trabalho nos engenhos era predominantemente livre. Assim, segundo Vieira, «a diferença do escravo madeirense» relativamente ao do Brasil concerne ao facto de «[o] escravo não [ser] sinónimo de canaviais e açúcar e tão pouco o funcionamento dos engenhos [depender] da sua presença»[48].

Não sendo este o momento para ensaiar uma revisão crítica dos contributos de Alberto Vieira para a análise e compreensão do fenómeno da escravatura na Madeira, não nos podemos furtar a algumas observações, em benefício do argumento que aqui nos interessa: o de que a Madeira participa, durante os séculos XV e XVI, no processo histórico de construção da moderna história da escravatura. Em primeiro lugar, urge relevar que a interpretação de Vieira sobre a relação entre escravos e

---

[46] CURTIN, 1996, «As Plantações», pp. 42-43.

[47] Alberto Vieira estima o número médio de escravos por engenho em 30, sendo de 77 para o Funchal; por outro lado, afirma que o número mais elevado de escravos por proprietário não ultrapassa os 14, sendo que a maioria dos proprietários (63%) «ficava-se por cinco escravos». Note-se que os valores reportados por Alberto Vieira são relativos aos séculos XV e XVI, não sendo possível inferir com rigor a dinâmica desses valores ao longo do tempo, afigurando-se-nos este último aspeto particularmente relevante à luz da natureza "explosiva" da produção açucareira na transição do século XV para o século XVI (VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», pp. 93-102).

[48] VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 101. Vieira manteve, noutras ocasiões, esta mesma interpretação geral de uma relação não estreita entre produção de açúcar e escravatura na Madeira, sendo os escravos utilizados para outros fins que não a produção açucareira, e esta marcada apenas em parte por mão-de-obra escrava, integrando também escravos libertos e trabalhadores livres pagos à soldada (cf. VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», pp. 34-38).

açúcar na Madeira assenta, principalmente, em fontes do século XVI e, sobretudo – desde logo no que concerne à descrição do quadro demográfico –, nas fontes paroquiais que, no caso madeirense, remontam ao ano de 1538, ou seja, já depois do fim da explosão açucareira da transição do século XV para o século XVI. Em segundo lugar, se importa sobremaneira reconhecer que as fontes sistemáticas e fidedignas para a demografia escrava do século XV são inexistentes ou, na melhor das hipóteses, altamente lacunares, não menos importante é a necessidade de operar algum distanciamento em relação às fontes sobreviventes do século XVI, elas próprias também acentuadamente lacunares – como, de resto, assume o próprio Alberto Vieira[49] –, ou não fosse este um quadro incipiente para o próprio arquivo e seus dispositivos informacionais, que, como sabemos, são universalmente marcados pela seletividade e por mecanismos de assimetria na representação arquivística dos grupos sociais, e da complexidade e diversidade dos processos históricos[50]. Daqui resulta o imperativo de ler com cautela os dados quantitativos disponíveis relativos à escravatura na Madeira durante o século XVI, bem como a consequência de considerar que esses dados pecam, necessariamente, por defeito.

Estas limitações apelam à conveniência de compulsar dados qualitativos, narrativos e não sistemáticos, para mediar e calibrar a interpretação dos dados quantitativos disponíveis. Por outro lado, o período cronológico posterior ao primeiro terço do século XVI apenas interessará indiretamente para aferir o modo como os modelos sociais e de poder associados ao complexo de plantação – implementados na Madeira mais de meio século antes – foram um vetor de modernidade à escala global. Assim, mesmo considerando excessiva a famosa e amplamente replicada estimativa de três mil escravos que Gaspar Frutuoso reporta apenas para a cidade do Funchal, no ano de 1552, e que, como salienta Vieira, significaria cerca de quatro

[49] VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, pp. 71-71.

[50] O facto de o escravo não constar do arquivo não significa que ele não tenha tido protagonismo nos processos históricos a que o arquivo se reporta. Pelo contrário, essa ausência é, provavelmente, a denúncia de um tal protagonismo, e a sua supressão do arquivo um indício da sua repressão no plano social e histórico (cf. DERRIDA, 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression»; KETELAAR, 1999, «Archivalisation and Archiving»; CONNERTON, 2008, «Seven types of forgetting»; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*). Aliás, a escassez de evidências da escravatura nos registos arquivísticos madeirenses, e nos registos paroquiais em particular, não passará provavelmente de uma manifestação precoce de um fenómeno geral de "silenciamento" do escravo, que é caraterístico do complexo de plantação. Como afirma Trouillot, «What is true of play-by-play accounts is no less true of notary records, business accounts, population censuses, parish registers. Historians familiar with the plantation records that inscribe the daily life of Caribbean slaves are well aware that births are underreported in these records» (TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, p. 51).

mil escravos para a totalidade da ilha[51], não podemos deixar de nos interrogar se essa magnitude da população escrava não se revela realista para a conjuntura da transição para o século XVI, em que se verificava um muito maior dinamismo da indústria e do comércio açucareiro. Compare-se com Lisboa, cuja população escrava em finais do século XV e no século XVI se tem computado em cerca de 10%, numa população total de aproximadamente 100 000 habitantes[52]. Estes valores significam, para Lisboa, um rácio de um escravo para cada dez habitantes, enquanto, no caso da Madeira, a ter-se verificado a magnitude do fenómeno esclavagista indicada por Frutuoso, esse mesmo rácio seria de mais de um escravo para cada cinco habitantes, atendendo à população total madeirense de cerca de 16 000 habitantes no início do século XVI. Se considerarmos a importância e a dimensão muito relevantes do fenómeno da escravatura em Lisboa nesse mesmo período, por comparação, essa hipotética expressão demográfica da população escrava na Madeira seria notável. Mais importante do que isso, afigura-se minimamente verosímil em face da forte aceleração da produção açucareira a partir da década de 1470[53].

---

[51] FRUTUOSO, 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, p. 251; VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, p. 116. Contemporaneamente, vários autores têm seguido ou até ultrapassado a estimativa de Frutuoso que, note-se, foi enunciada no ano de 1567 (vd. GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», p. 545; SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. II, pp. 706-711; SILVA & MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 407-409; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530», pp. 9-12).

[52] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, p. 39; SAUNDERS, 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, pp. 77-93,

[53] Como observa Alberto Vieira, há uma «perfeita consonância» entre a «curva evolutiva da produção de açúcar e da libertação de escravos», aumentando as alforrias com a diminuição da produção açucareira no século XVI; pelo mesmo motivo, o aumento conjuntural e efémero da produção açucareira na Madeira no início do século XVII (uma consequência da ocupação holandesa de Pernambuco) originou diminuição das alforrias e aumento do número de escravos (VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 99). Em face daquela consonância, entre produção açucareira e contingente disponível de escravos, constatada por Vieira a partir de fontes paroquiais, podemos inferir que a maior intensidade produtiva da indústria açucareira, *grosso modo* verificada entre 1490 e 1520, terá conduzido, nessa conjuntura, a uma importância relativa muito mais significativa da população escrava na totalidade da população. De resto, considere-se o fenómeno açucareiro em São Tomé, marcado por níveis muito elevados de emprego de mão de obra escrava, facilitados pela grande proximidade em relação a diversos pontos de abastecimento de escravos na costa ocidental africana. No entanto, no auge da produção açucareira neste arquipélago, verificada na década de 1550, atingiram-se níveis de produção muito semelhantes aos registados na Madeira na primeira década desse mesmo século, facto que, só por si, sugere que a importância da escravatura na Madeira, na transição para o século XVI, tenha sido maior do que a interpretação geral de Alberto Vieira sugere (cf. BOXER, 1977, *O Império Colonial Português*, p. 112; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530», pp. 10-11).

Em todo o caso, são diversas – e relativamente abundantes – as fontes qualitativas e não sistemáticas que aparentemente sugerem essa magnitude do fenómeno da escravatura na Madeira a partir de finais do século XV, desde logo associadas a uma preocupação das autoridades régia, senhorial e municipal com o abastecimento, a administração e o controlo dessa população, incluindo todo um aparato de medidas que definem um rígido quadro disciplinar para estes ativos da economia insular[54].

Seja como for, o problema que ora perseguimos não é tanto de grau, mas antes de género. Ou seja, independentemente da sua dimensão puramente quantitativa e demográfica, a experiência histórica da escravatura na Madeira contribui, a partir da segunda metade do século XV, para a construção de uma escravatura moderna e industrializada em que o escravo deixa de se afirmar como um recurso utilizado exclusiva ou privilegiadamente no quadro familiar – como se verificava, no mesmo período, em Lisboa, Valência ou Sevilha. Só raramente a escravatura havia sido antes usada na agricultura nas regiões muçulmanas ou cristãs do Mediterrâneo[55], sendo precisamente na Madeira que se dá essa verdadeira inflexão na história universal da escravatura, passando o escravo a ser usado na agricultura intensiva como ativo económico mobilizado no engenho enquanto microcosmos de poder emergente e, ele próprio, também em construção. Por conseguinte, o facto de, na economia social dos engenhos e dos canaviais madeirenses, o trabalho escravo conviver com o trabalho livre – como enfatiza Alberto Vieira – é irrelevante para o nosso argumento[56].

[54] Numa seleção de modo algum exaustiva desse tipo de fontes, vd. ABM, CMFUN, Registo Geral, 1395, f. 9 v.º, 111, 168, 300 v.º, 1213, f. 45; Posturas municipais, 685; COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 75, 127, 218, 290, 298, 614, 635. Alberto Vieira confronta-nos amiúde com informações e fontes, com o cariz qualitativo a que aludimos, que se compatibilizam dificilmente com a sua visão de uma importância relativa dos escravos na sociedade e economia madeirenses dos séculos XV e XVI (cf. VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, p. 116; VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 101; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 30). Neste contexto, é impossível deixar de referir a preciosa descrição que o conde Giulio Landi faz da ilha da Madeira, resultante da sua visita à ilha, ocorrida por volta do ano de 1530, em especial a passagem em que dialoga com D. Manuel Noronha (filho de Simão Gonçalves da Câmara, terceiro capitão-donatário do Funchal) e em que este expressa o seu regozijo por «manter em maior atividade os escravos que cuidam das nossas fazendas» (ARAGÃO, 1981, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700*, p. 85).

[55] CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 9.

[56] A observada importância do trabalho livre na produção açucareira madeirense não pode ser interpretada como evidência de uma espécie de desvio em relação ao sistema de plantação. O facto de uma parte, mais ou menos significativa, da mão de obra envolvida na plantação de cana e na produção de açúcar não ser escrava é um aspeto do próprio sistema de plantação, como podemos verificar no Brasil, cuja organização social da produção açucareira se relaciona manifestamente com o precedente madeirense (cf. SCHWARTZ, 2004, «A Commonwealth within Itself. The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670», pp. 182-190).

No microcosmos social do engenho e das plantações, em que «novos fluxos de capital, poder e natureza» convergiram na Madeira e originaram uma «mudança na história humana»[57], o escravo encontra um novo horizonte de coisificação. Como ilustra, de modo eloquente, um alvará régio de 1559 – que visa proibir, na Madeira, a execução de dívidas sobre «as coisas e os pertences dos engenhos de açúcar» –, o escravo já não é simplesmente propriedade do seu senhor: ele é uma "coisa" do engenho e figura ao lado de outras coisas e pertences que adquirem significado, funcionalidade e, sobretudo, valor, na sua relação estrita com o engenho, sejam eles «metais, bestas, formas [ou] bois»[58]. A novidade está aí: no vínculo entre engenho e escravo, e no facto de esse vínculo ser produzido especificamente no quadro de uma economia agrária intensiva, orientada pela necessidade de maximização de lucro e altamente conectada, através de expedientes mercantis e comerciais cada vez mais sofisticados, a uma grande quantidade de territórios remotos e distantes da periferia insular. A outra novidade é a própria mobilidade desse vínculo entre plantação, engenho e escravo, bem como do modelo económico, social e de poder a ele associado. Como já referido, na primeira metade do século XVI os engenhos e as plantações de cana já estavam no arquipélago das Canárias – primeiro em Gran Canaria, depois em Tenerife, La Palma e La Gomera[59]. Com a mesma velocidade, chegariam a São Tomé, ilha que, segundo Philip D. Curtin, «ainda mais do que a Madeira ou Canárias serviu como modelo para as plantações de escravos das Américas»[60]. Em termos gerais, em cada uma destas subsequentes iterações da ligação inicial, verificada na Madeira, entre agricultura comercial e escravatura, o volume de mão de obra escrava mobilizada aumenta. O modelo reproduz-se numa lógica cumulativa e incremental, tão caraterística do capitalismo moderno.

---

[57] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», p. 346.

[58] ABM, CMFUN, Registo Geral, 1213, f. 45 (alvará régio, 1559-09-12), disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/descriptions/1012902. Manuel Lobo Cabrera faculta um exemplo documental para as Canárias bastante análogo desta mesma coisificação do escravo como um bem inventariável inserido na economia material do engenho (CABRERA, 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», p. 106). Também para as Canárias, DRAYTON, 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850», pp. 147-148, refere legislação de Carlos V, da primeira metade do século XVI, visando (a exemplo do alvará de 1559 aplicado à Madeira) proteger escravos, utensílios e maquinaria dos engenhos em caso de insolvência dos proprietários.

[59] CABRERA, 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», pp. 103-117.

[60] CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 24.

Do Documento ao Arquivo Insular: Da Tipologia à Topologia

O envolvimento quase simultâneo dos arquipélagos atlânticos em dinâmicas globais em larga medida comuns leva a que nos sintamos autorizados a invocar a figura de um arquivo insular atlântico. A experiência específica do arquivo e das práticas arquivísticas neste quadro atlântico irmanado por forças globais não podia deixar de gerar uma resposta análoga no plano dos dispositivos arquivísticos e das dinâmicas sociais da memória. Se, no quadro arquipelágico, o arquivo – na sua caraterística e ambígua precariedade – nos conduz à história, esta, em toda a sua profusa complexidade, não pode deixar de nos conduzir ao arquivo.

Segundo José Pereira da Costa, diretor do Arquivo Distrital do Funchal (entre 1955 e 1966) e, depois, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (entre 1966 e 1988), e autor das transcrições das Vereações do Funchal dos séculos XV e XVI, «estes livros tudo guardam e refletem com nitidez impressionante o desabrochar da nova sociedade insular»[61]. As atas de vereação do Funchal, que se iniciam em 1470, são as mais antigas do Atlântico, ou seja, dos territórios insulares (re)descobertos desde o século XV por navegadores ao serviço de Portugal ou Espanha, no contexto da expansão europeia. As atas de vereação do Funchal são manifestamente mais antigas do que as séries congéneres nas Canárias, nos Açores ou em Cabo Verde, e remontam a menos de vinte anos após a fundação da vila do Funchal, a cerca de cinquenta anos após a descoberta oficial do Porto Santo e da Madeira, e a quase quarenta anos antes da elevação do Funchal a cidade. As origens desta série documental recuam a um tempo em que os "homens-bons" e oficiais camarários se reuniam a céu aberto, numa época em que os primeiros paços do concelho não haviam ainda sido construídos, o que, aparentemente, não terá acontecido antes do ano de 1489. A série documental congénere mais antiga para Canárias (os *Acuerdos del Cabildo de Tenerife*) remonta ao ano de 1497, sendo que nenhuma das séries de vereações dos municípios açorianos se inicia antes de meados do século XVI.

Neste contexto, podemos assumir as Vereações do Funchal como um marco do arquivo insular atlântico. Mas, na nossa opinião, para que percebamos o verdadeiro alcance deste universo documental – e do próprio arquivo insular atlântico como memória global –, urge operarmos uma rutura em relação à longa e poderosa tradição que poderíamos designar de *documentalismo*. Comecemos apenas por tomar o documentalismo como uma análise/prática clássica dos arquivos (1) centrada no

[61] COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, p. XVI.

documento, na identificação do seu conteúdo e na determinação da sua autenticidade; e (2) distanciada da reconstituição do contexto dos documentos e das relações dos documentos entre si. Uma tradição que, afinal, foi capaz de gerar monumentos de memória – de que, em Portugal, temos vários marcos insignes, como a *Leitura Nova* de D. Manuel I ou o *Corpo Cronológico* – e de fundar disciplinas específicas no quadro dos saberes e das técnicas da memória e do arquivo (como a Diplomática).

O que aqui propomos é que, nesse distanciamento em relação ao documentalismo, valorizemos não meramente a reconstituição do contexto do documento – como é hoje consensual na teoria e na prática do arquivo –, mas, fundamentalmente, a análise e a avaliação da relação do documento com o seu contexto[62]. Naturalmente, todo o documento tem o seu contexto de produção, ou a sua "proveniência", mais ou menos imediata e mais ou menos objetivável, cognoscível e reconstituível, sendo que a teoria arquivística mais recente tem desconstruído a ideia de proveniência – verdadeiro pilar teórico e metodológico do saber e das práticas arquivísticas – e relevado a multidimensionalidade do elemento contextual, seja ele pessoal/individual, familiar, institucional, orgânico-funcional, cultural, societal, etc.[63] No entanto, os documentos diferenciam-se muito entre si no modo como compreendem ou refletem, na informação que veiculam, os seus contextos de produção. Em muitos documentos, independentemente da sua singularidade, raridade ou importância histórica, política e social, os contextos são omissos enquanto matéria informacional *de facto* contida no documento. Outros, pelo contrário, são plenos de informação contextual. Considere-se o exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha, documento notável pela sua relação com o seu contexto imediato – quer no sentido clássico da proveniência, quer no sentido de toda uma multitude de camadas contextuais às quais, em simultâneo, o documento se reporta e que manifestamente o determinam. A carta de Pero Vaz de Caminha detém uma espécie de potência informacional que permite reconstituir, de forma detalhada, um momento e um contexto territoriais específicos no âmbito dos primeiros contactos entre

[62] Se é um facto que, no campo de conhecimento dos arquivos e da informação, o documentalismo se encontra hoje em grande medida ultrapassado, parece-nos que, ainda assim, ele subsiste no universo dos arquivos, num substrato que talvez possamos designar de cultural, e continua a influenciar os nossos modos mais imediatos de perceber e valorizar os documentos e a informação.

[63] Cf. COOK, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift»; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives» e NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth--century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice»; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation».

portugueses e indígenas, à chegada daqueles ao Brasil. É uma espécie de "superdocumento": um documentário manuscrito que retrata, em primeira mão, um acontecimento histórico de vastíssimas implicações, sendo a primeira delas, precisamente, o documento em si mesmo, que se infunde de toda a valência contextual que o precede e origina. Em suma, se nos distanciarmos da tradição documentalista e dos seus critérios preferenciais de valor – singularidade, raridade, autenticidade –, aos quais subjaz o primado de uma espécie de olhar internalista sobre o documento, poderemos também, em tese, diferenciar os documentos e os arquivos em função da importância e da riqueza da sua relação com os respetivos contextos. Nesse caso, poderá interessar-nos menos o documento em si mesmo e mais o arquivo enquanto dispositivo específico de representação.

Se nos alongámos nestas considerações prévias, é porque as elas nos parecem importantes para que possamos resgatar a especificidade do que começámos por designar de "arquivo insular atlântico". Por este arquivo em concreto entendemos os conjuntos documentais produzidos e os dispositivos e técnicas mnemónicos adotados (e adaptados) pela civilização europeia nas novas comunidades insulares atlânticas a partir do século XV, no quadro do movimento centrífugo de projeção da Europa para Ocidente. Este arquivo – que se reporta, em grande medida, à região da Macaronésia (ainda que não se esgote nela) e que, portanto, e em igual medida, poderíamos designar de "arquivo insular macaronésico" – não se distingue, nem se podia distinguir, pela sua unicidade tipológica. O arquivo insular não é nem pode ser um "relicário" de peculiaridades ou exotismos documentais. A precariedade da economia material do quadro insular atlântico, em tudo dissonante da opulência das chancelarias régias, impedia-o. O mesmo determinava a insularidade, aqui entendida enquanto excentricidade relativamente ao centro metropolitano da autoridade régia: o meio por excelência da articulação entre documento e poder. Mas se o arquivo insular não se distingue pela sua singularidade tipológica, ele notabiliza-se pelo que gostaríamos de designar de singularidade *topológica*.

Como quase tudo no quadro insular, o *topos* – a dimensão do lugar – tem importância decisiva. E é precisamente na sua relação com o lugar e com o espaço – com o seu contexto, nas suas múltiplas aceções – que o arquivo insular se distingue do arquivo metropolitano e continental. No contexto continental, os primórdios dos arquivos – de quaisquer arquivos – assentam em comunidades relativamente constituídas e estruturadas. Por muito remotos que sejam esses arquivos, há um processo de humanização do território que precede largamente o arquivo. Dito de outro modo, e em concessão às categorias da teoria arquivística: a proveniência societal desses arquivos encontra-se há muito estabelecida ou, pelo menos,

relativamente estabilizada. Pelo contrário, no contexto insular atlântico do início do período moderno, o arquivo praticamente acompanha o movimento humano da ocupação e do povoamento do território. Ele é um observatório muito direto e imediato do processo complexo e multifacetado de humanização do espaço que labora na dimensão do lugar e na sua pura – quase poderíamos dizer, violenta – materialidade. Por isso, o arquivo insular atlântico distingue-se topologicamente, por essa capacidade de reproduzir o lugar humanizado *ab initio*. Como um telescópio muito potente, o arquivo insular atlântico recua efetivamente até muito próximo da origem do lugar. Ou seja, para o arquivo insular atlântico a sua proveniência societal está em plena formação.

Tão importante quanto isso, o arquivo insular atlântico distingue-se por construir o próprio lugar, pois atua sobre um espaço virgem e fértil particularmente exposto e permeável à humanização e à colonização (casos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde), ou sobre territórios já humanizados que são objeto de processos de profunda e violenta reconstrução no quadro de relações de dominação de tipo colonial, que implicam subjugação de populações autóctones por colonizadores europeus (caso das Canárias). Nesse sentido, são muitas as afinidades entre o arquivo insular atlântico e o "arquivo colonial": ambos são, tendencialmente, meios de operações de poder; o primeiro atuando sobre os homens para dominar o espaço; o segundo atuando no espaço para dominar os homens – poderíamos nós dizer, pese o esquematismo e a excessiva simplificação[64].

No arquivo insular atlântico, como em todos os arquivos, assiste-se, assim, à reunião dos dois princípios que Jacques Derrida realça estarem compreendidos e articulados no arquivo por via da sua raiz etimológica grega, *Arkhe*: a origem (ou o começo) e o comando (ou o poder)[65]. Mas no arquivo insular atlântico essa reunião é mais incisiva, é mais fiel à duplicidade original do *Arkhe* – porque o arquivo insular

[64] A interessante e relativamente vasta literatura – que de modo algum podemos aqui, minimamente, elencar – que explora a relação entre arquivos e cenários coloniais a partir de múltiplos prismas disciplinares, constitui um referencial teórico, concetual e empírico relevante para a problematização do arquivo insular atlântico. Em ambos os casos – o arquivo colonial típico e o arquivo insular atlântico –, um excesso ao nível da procura social e política dos arquivos e dos seus mecanismos de representação e consagração conduz-nos à necessidade de uma crítica do arquivo e à cuidada inventariação das suas práticas e dispositivos mnemónicos (cf. HARRIS, 2001, «Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice»; STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance» e STOLER, 2009, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation»; SCHEIN, 2006, «Digging in Your Own Backyard»; BUTLER, 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory»; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*).

[65] DERRIDA, 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression», p. 9.

constrói (comanda) a própria origem (o começo) do espaço humanizado; enquanto o arquivo metropolitano-continental "apenas" constrói o espaço humanizado, mas escapa-lhe à sua influência a sua origem. Ou seja, no quadro insular/colonial primevo, o arquivo, por comparação ao contexto metropolitano, é muito mais uma instância de criação da sua própria proveniência.

Assim, podemos inscrever o arquivo insular atlântico e as suas propriedades topológicas numa linha de desconstrução do princípio arquivístico clássico da proveniência, consagrado no célebre manual holandês de 1898, de Muller, Feith & Fruin[66]. A natureza topológica do arquivo insular remete, de forma notória, para a ideia de quadros sociais da memória[67]; mais exatamente, para o contexto dinâmico e fundacional do quadro ou dos quadros sociais da memória insular. O arquivo é um agente de constituição ou reconfiguração desses quadros, na natureza fluida e relativamente aberta da sociedade insular em formação; uma fluidez acentuada pelos traços de volatilidade, intensidade e ciclicidade caraterísticos da matriz colonial de desenvolvimento dos arquipélagos insulares a que aludimos atrás. A proveniência do arquivo insular atlântico não é apenas múltipla, mas também, e distintivamente, dinâmica.

Se as sociedades aristocráticas, senhoriais e tradicionais – como a portuguesa no início do período moderno – tendiam, inevitavelmente, para o arquivo enquanto garantia de direitos e privilégios[68], no quadro insular estamos em crer que essa dependência do arquivo será ainda mais acentuada. Por dois motivos fundamentais. O primeiro concerne ao facto de o contexto insular, com o seu hibridismo social caraterístico – a que já aludimos –, constituir um meio radicalmente novo de assegurar regalias e avenidas de ascensão social, principalmente associadas à distribuição da terra, ao acesso a rendimentos e rendas e a oportunidades de comércio e negócio. O segundo motivo prende-se com a distância do território insular relativamente ao centro metropolitano e às instâncias do poder régio, circunstância que, à partida, fragilizava os canais de transmissão da vontade soberana e colocava em perigo as cadeias de poder na relação entre centro e periferia, originando o desafio do exercício da soberania do Estado em situação de descontinuidade territorial. Por um e outro motivos, o arquivo reforça a sua importância, quer enquanto garante de direitos e regalias relativamente novos, no pano de fundo de uma plataforma geográfica, social

[66] MULLER, FEITH & FRUIN, 2003, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*.
[67] HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory*, pp. 35-189.
[68] HEAD, 2019, *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*, p. 75.

e institucional inédita; quer enquanto meio de reprodução social e política e veículo dos poderes tradicionais e do Estado, ameaçados pelo circunstancialismo da periferia e da distância. Como não podia deixar de ser, também no arquivo o tradicional e o moderno confluem. O que implica que o arquivo insular seja objeto de particular zelo e atenção, tanto por parte dos poderes tradicionais – o régio e o senhorial, antes de todos os outros –, quanto dos poderes emergentes.

Também por este motivo – a particular sensibilidade e usabilidade do arquivo no âmbito das relações sociais e políticas no espaço insular –, as Vereações do Funchal caraterizam-se por essa valência contextual a que temos vindo a aludir. Facultemos um entre vários exemplos: no dia 21 de novembro de 1470 teve lugar a reunião camarária em frente às casas de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão-donatário do Funchal (e filho do primeiro capitão e descobridor, João Gonçalves Zarco), que logo mandou chamar fidalgos, cavaleiros, escudeiros, juízes, vereadores, oficiais, "homens-bons", mercadores e povo, para assistirem à leitura de duas cartas acabadas de chegar à ilha: uma do rei D. Afonso V e outra da infanta D. Beatriz, mãe de D. João, duque de Viseu e de Beja. As cartas, trazidas por Gonçalo Godinho, cavaleiro da casa do duque, ordenavam que este, presente na ocasião, tomasse posse do senhorio das ilhas em nome de D. João, filho primogénito de D. Beatriz. Interessa-nos aqui o aspeto não propriamente histórico, político e institucional, mas a dimensão puramente performativa e representativa deste episódio, a que assistiu grande parte da sociedade funchalense de então, incluindo «muito povo». Após a leitura, João Gonçalves da Câmara, «com toda a reverência», segurou as cartas e, ajoelhando-se perante todos, beijou-as, declarando publicamente obediência ao seu conteúdo e ordenando aos demais presentes que cumprissem as suas disposições. De seguida, juízes, vereadores, procurador do concelho, fidalgos, cavaleiros e todo o povo «disseram que obedeciam às ditas cartas e [queriam] por seu senhor o dito senhor duque»[69]. Ambas as cartas foram tresladadas a partir de 1517 no Registo Geral da Câmara do Funchal por frei Diogo de Medina, e figuram, em capital ornamentada e cuidada letra gótica-humanística, em lugar de destaque no início do tomo I daquela série documental. No entanto, quer no seu suporte original, quer no seu treslado ornamentado, a essas outras versões destas duas cartas escapa o subtexto contextual que encontramos no registo dos mesmíssimos documentos na ata de vereação da Câmara do Funchal, pela bem mais modesta pena do escrivão Afonso Anes.

[69] COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 14-16.

Trata-se, afinal, de um dos momentos fundadores da organização política e social primeva do arquipélago, em que se assiste, na prática, à transição da posse do senhorio da ilha, que passava de D. Fernando – que o havia herdado do infante D. Henrique – para D. Beatriz, enquanto tutora do duque de Viseu e Beja. Com um detalhe quase pictórico ou fotográfico, nessa inscrição arquivística podemos "ver" a hierarquia social vigente, que tem obviamente no rei o seu vértice, praticamente ladeado pela figura senhorial do donatário, representado por D. Beatriz, remetente da carta que acompanha a missiva real e, na economia cénica deste episódio, posicionada numa situação de quase paridade com o soberano, o que implicava, no quadro insular ainda em formação, alguma ambiguidade de poder e *status*, que só seria desfeita por D. Manuel I, em 1496, com a passagem definitiva do domínio do arquipélago para a Coroa portuguesa. A diferença entre este primeiro patamar hierárquico e o seguinte, ocupado pelo capitão-donatário – mais exatamente, o capitão *do* donatário –, ficaria dramática e simbolicamente expressa pela humildade do gesto de obediência de João Gonçalves da Câmara, que se ajoelha para beijar ambas as cartas, como se estas materializassem os corpos do rei e do senhor da ilha: eles próprios simbolicamente beijados através da intermediação mágica do documento.

Não nos queremos alongar na descrição deste episódio, com o qual pretendemos apenas ilustrar a singularidade do arquivo insular enquanto espaço diferenciado de práticas mnemónicas, que se distinguem pela capacidade de representar e visualizar diretamente um quadro social insular atlântico – desde a sua origem e formação, e ao longo do processo histórico e estruturante da sua transformação. Essa capacidade é uma originalidade do arquivo insular que as Vereações do Funchal sublinham de forma muito clara, e que a tradição do documentalismo dificilmente poderia resgatar. E quando o desabrochar puramente local da sociedade madeirense, vertido no arquivo insular e nos documentos que o instituem, corresponde, no mesmo movimento e como vimos atrás, à sedimentação de processos sociais e de poder, económicos e ecológicos, em grande medida novos, que se replicariam – naturalmente metamorfoseando-se e adaptando-se – em territórios insulares e continentais de ambos os lados do grande rifte atlântico, então a memória que se encerra nestes documentos, de imediata ressonância local, é, inquestionavelmente, global.

Afinal, logo desde a primeira ata de vereação, de 22 de junho de 1470, o tema de longe mais recorrente – quase que omnipresente nos anos iniciais deste universo documental – é o do açúcar. Este é um tema que suscita inúmeras diligências relacionadas com a regulamentação da sua produção, comércio e tributação; é foco de tensão entre os poderes régio, senhorial e municipal, entre produtores e mercadores locais (amplamente representados no oficialato municipal) e estrangeiros (flamengos,

franceses, bretões, genoveses); e origina um longo cortejo de agentes, funções e saberes direta ou indiretamente relacionados com aquela indústria: dos donos de engenhos e canaviais aos escravos; dos mestres de açúcar aos seus examinadores; dos estimadores e dos alealdadores do açúcar aos escrivães do alealdamento, aos açucareiros, caldeireiros, juízes dos danos dos canaviais e respetivos estimadores, etc. Em suma, no âmbito deste sistema informacional, com a sua economia narrativa específica e a sua hierarquia semântica, é toda uma "sociologia do açúcar" na Madeira, para recuperar a expressão de António Aragão, que surpreendemos na sua lenta e gradual fixação.

E se podemos afirmar que o arquivo insular atlântico nos séculos XV e XVI é base de uma memória global, é também porque esse arquivo – que não se distingue pelos seus atributos individuais, formais, materiais e tipológicos, mas sim pela sua valência contextual e topológica – inaugura uma experiência singular da memória, que resulta da confluência entre as especificidades do contexto insular/colonial e traços de modernidade ao nível dos próprios dispositivos arquivísticos e informacionais adotados. Note-se que as Vereações do Funchal serão, provavelmente, a primeira série documental produzida e acumulada de forma sistemática e metódica em qualquer contexto de tipo colonial do início do período moderno. Para além da sistematicidade da sua acumulação – isto é, a sua serialidade –, os livros de Vereações do Funchal compreendem, desde o tomo I, exemplos de produção de metadados, inscritos nas margens dos fólios (em caligrafia mais tardia, provavelmente datada de finais do século XVII ou do século XVIII), enquanto forma de destacar deliberações e resumir conteúdos das sessões do Senado camarário. Para além do mais, desde os fólios iniciais de toda a série documental, podemos observar práticas de referencialidade e hipertextualidade, que, por exemplo, sinalizam o arquivamento dos documentos régios trazidos à consideração do Senado da Câmara, ou a sua cópia ou treslado, produzidos no âmbito de outras séries ou repositórios documentais.

Nesta medida, é evidente que as atas de vereação do Funchal se inserem metodicamente num sistema de informação mais vasto, que se ramifica e complexifica em articulação com o próprio processo de colonização e de humanização do arquipélago da Madeira. As Vereações do Funchal são, portanto, um exemplo pioneiro de modernidade informacional no quadro do arquivo insular atlântico – o que, de imediato, convoca a necessidade quer de uma análise aprofundada e comparada dos dispositivos informacionais e mnemónicos emergentes nos vários arquipélagos atlânticos desde o início do período moderno, quer de uma análise comparativa desses dispositivos com aqueles que emergiram posteriormente noutros contextos insulares e coloniais. Assim, o arquivo insular atlântico apela a uma indagação das

especificidades dos mecanismos de memória social no contexto insular, bem como a uma comparação com o arquivo colonial *lato sensu*. Estamos em crer que um espaço disciplinar particularmente apropriado a esse duplo empreendimento nos é dado por uma «sociologia histórica das práticas mnemónicas»[70].

Num certo sentido, o documentalismo está para a história dos arquivos e da memória como o individualismo metodológico está para a história em geral. Se o documentalismo nos conduz ao documento-relíquia, o individualismo metodológico conduz-nos, no limite, a uma análise da história centrada nos grandes protagonistas e nos seus feitos individuais[71]. A um e a outro – documentalismo e individualismo metodológico – escapa (como era inevitável que escapasse) o arquivo insular e a história insular, nas suas múltiplas camadas e escalas. Que sejamos capazes de contornar ou, pelo menos, relativizar este enfoque teórico e epistemológico no documento e no indivíduo é um passo indispensável para que possamos inscrever, em definitivo, o Atlântico insular do início da era moderna como um momento fundador de uma memória e de uma história globais.

Talvez tão importante quanto esse passo seja a nossa disponibilidade para olharmos para os processos históricos globais em si mesmos e libertá-los, no momento da análise, do efeito epistemológico do conceito de "nação" e das suas derivações mais ou menos expressas, como "império", "descobrimentos", "expansão" – unidades de análise e de problematização que se equacionam quase sempre com referentes nacionais (os descobrimentos "portugueses", o império "espanhol", etc.). Em última instância, a centralidade analítica e epistemológica do conceito de "nação" consubstancia um «nacionalismo metodológico» e a «assunção metodológica de que uma nação em particular faculta a unidade de observação constante para todas as transformações históricas, [é] a 'coisa' cuja mudança é suposto a história descrever»[72]. E é ao abraçarmos essa história global – avessa a formas de nacionalismo metodológico, e talvez mais discreta porquanto, porventura, mais profunda e decisiva – que poderemos resgatar a unidade de análise local (ou regional) como condição necessária à reconstituição de dinâmicas e processos globais. Porque, na verdade, a globalização consiste num processo histórico em que o local e o universal são dimensões indissociáveis, em permanente interação e condicionamento recíproco[73].

[70] OLICK & ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices».

[71] Cf. BULLE & DI IORIO, 2023, *The Palgrave Handbook of Methodological Individualism*.

[72] WIMMER & SCHILLER, 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», p. 305.

[73] HOPKINS, 2006, *Global History. Interactions Between the Universal and the Local*, pp. 1-38.

Neste contexto, as regiões insulares atlânticas – que, na tradição historiográfica portuguesa, fortemente centralista, são verdadeiros apêndices periféricos da história[74] – poderão adquirir, do ponto de vista analítico, outro protagonismo no fluxo global e multifacetado dos processos históricos. Mais relevante do que isso, elas poderão contribuir para a compreensão de que existem «múltiplos caminhos para a modernidade e através da modernidade»[75].

E, com efeito, nos espaços insulares o local é notoriamente indissociável do global, mas num sentido que não se esgota numa narrativa de subalternidade ou de periferização, tantas vezes visitada em tópicos de pesquisa como a emigração, as dependências ou a crise, que muito mal disfarçam uma espécie de ruído epistemológico nacionalista de fundo. Enquanto redutos de interioridade, mas também espaços-fonteira e territórios por excelência de passagem, influência, partilha, trocas e contactos, as ilhas transcendem tendencialmente quaisquer limites nacionais e, portanto, são em grande medida imperscrutáveis a partir de grelhas de análise de algum modo fundadas nas ideias de nação ou de Estado-nação. Porque se, por um lado, as ilhas são dispositivos de insulação, plataformas de criação de mundos interiores, de ilhas dentro da ilha, num predomínio de pura interioridade; por outro lado, enquanto placas giratórias, domínios de circulação e espaços de confluência e «encruzilhada»[76], as ilhas também criam mundos: influenciam processos históricos globais que em muito extravasam o confinamento dos territórios insulares.

A exemplo da Revolução do Haiti, que Michel-Rolph Trouillot analisa como um domínio do "impensável", que impossibilitou que se tenha compreendido, e que se compreenda ainda hoje, esse evento disruptivo em toda a sua importância e como aquilo que ele essencialmente foi: uma «revolução de escravos»[77]; a exemplo da Revolução do Haiti, dizíamos, talvez a ideia de que as ilhas atlânticas são agentes ativos da globalização e da modernidade seja uma outra instância do impensável na história (e para a disciplina histórica). Afinal, numa perspetiva de longa duração, a Revolução Haitiana significou o esgotamento e a implosão de um modelo de organização social, política e económica associado ao sistema de plantação, cujas primeiras formulações no Atlântico se verificaram, cerca de trezentos anos antes, precisamente nos arquipélagos ocupados e colonizados pelas monarquias ibéricas

[74] Cf. RODRIGUES, 2023, «Da (Ausência da) Madeira na Historiografia Portuguesa: O Caso dos Séculos XIX e XX. Uma Perspectiva».

[75] WIMMER & SCHILLER, 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», p. 323.

[76] SILBERT, 1997, *Uma Encruzilhada no Atlântico. Madeira (1640-1820)*.

[77] TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 70-107.

e, em primeiro lugar, na ilha da Madeira. Olhemos, então, para o arquivo insular atlântico, quer enquanto suporte dos primeiros traços e figurações desse modelo, quer enquanto dispositivo de práticas mnemónicas que, na positividade do documento, asseguram a sua supressão e erradicação.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A., 1996, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, University of Minnesota Press.

ARAGÃO, A., 1984, *As armas da cidade do Funchal no curso da sua história*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

ARAGÃO, A. (coord.), 1981, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700*, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

BASTIAN, J. A., 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation», in *Archival Science*, 6, 267-284.

BAYLY, C. A., 2002, «'Archaic' and 'Modern' Globalization in the Eurasian and African Arena, c. 1750-1850», in HOPKINS, A. G. (ed.), *Globalization in World History*, Pimlico.

BOXER, C. R., 1977, *O Império Colonial Português*, Edições 70.

BULLE, N. & DI IORIO, F. (eds.), 2023, *The Palgrave Handbook of Methodological Individualism*, 2 vols, Palgrave Macmillan.

BUTLER, B., 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory», in *Archival Science*, 9, pp. 57-69.

CABRERA, M. L., 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 103-117.

CALDEIRA, S., 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

CARITA, R., 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro», in DOMINGUES, F. (coord.), *Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta: Portugal e a criação do primeiro sistema mundial*, Comissão Portuguesa de História Militar.

CARITA, R., 2021, «Capitanias», in *Aprender Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/capitanias.

CONNERTON, P., 2008, «Seven types of forgetting», in *Memory Studies*, 1(1), pp. 59-71.

COOK, T., 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», in *Archivaria*, 43, pp. 17-63.

COSTA, J. P., 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

CROSBY, A. W., 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900--1900*, 2nd ed., Cambridge University Press.

CURTIN, P. D., 1996, «As Plantações», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 41-59.

CURTIN, P. D., 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, 2nd ed., Cambridge University Press.

DERRIDA, J., 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression», in *Diacritics*, 25(2), 9-63.

DRAYTON, R., 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850», in HOPKINS, A. G. (ed.), *Globalization in World History*, Pimlico.

FRUTUOSO, G., 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Typ. Funchalense.

GODINHO, V. M., 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 27-50.

GOMES, J. R., 2023, *A Filha de Tristão das Damas – Romance Histórico Madeirense*, Coleção *Obra Completa de J. Reis Gomes*, n.º 1, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, disponível em https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=729712&DDB=.

GREENFIELD, Sidney M., 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», in *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292, Issue 1, June 1977.

HALBWACHS, M., 1992, *On Collective Memory*, The University of Chicago Press.

HARRIS, V., 2001, «Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice», in *Archifacts*, October 2001, pp. 1-13.

HEAD, R. C., 2019, *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*, Cambridge University Press.

HOPKINS, A. G. (ed.), 2006, *Global History. Interactions Between the Universal and the Local*, Palgrave Macmillan.

KETELAAR, E., 1999, «Archivalisation and Archiving», in *Archives and Manuscripts*, 26(1), pp. 54-61.

MINTZ, S. W., 1985, *Sweetness and Power*, Penguin.

MOORE, J. W., 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420--1506», in *Review (Fernand Braudel Center)*, 32(4), pp. 345-390.

MOORE, J. W., 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506--1530», in *Review (Fernand Braudel Center)*, 33(1), pp. 1-24.

MULLER, F., FEITH, J. A. & FRUIN, T. A., 2003, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, The Society of American Archivists.

NESMITH, T., 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», in *American Archivist*, 65(1), pp. 24-41.

NESMITH, T., 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth--century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice», in *Archival Science*, 6, pp. 351-360.

NUNES, N., 2003, *Palavras Doces: Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

NUNES, N., 2010, *Outras Palavras Doces*, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

OLICK, J. F. & ROBBINS, J., 1998, «Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», in *Annual Review of Sociology*, 24, pp. 105-140.

PEREIRA, F. J., 1969, «O Açúcar madeirense de 1500 a 1537: Produção e Preços», in *Estudos Políticos e Sociais*, 1-3, separata, pp. 53-158.

RAU, V. & MACEDO, J., 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

RODRIGUES, P. M., 2023, «Da (Ausência da) Madeira na Historiografia Portuguesa: O Caso dos Séculos XIX e XX. Uma Perspectiva», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 5-51, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/104/97.

SARMENTO, A. A., 1932, *A Madeira e as praças de África*, Typ. Camões.

SARMENTO, A. A., 1938, *Os escravos na Madeira*, Typ. Diario de Noticias.

SAUNDERS, A., 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441--1555)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SCHEIN, R. H., 2006, «Digging in Your Own Backyard», in *Archivaria*, 61, pp. 91-104.

SCHWARTZ, S. B., 2004, «A Commonwealth within Itself. The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670», in SCHWARTZ, S. B. (ed.), *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, The University of North Carolina Press, pp. 158-200.

SERRÃO, J., 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração / Centro de Estudos de História do Atlântico.

SILBERT, A., 1997, *Uma Encruzilhada no Atlântico. Madeira (1640-1820)*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

SILVA, F. A. & MENESES, C. A., 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, J. M. A., 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. I, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

STOLER, A. L., 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», in *Archival Science*, 2, pp. 87-109.

STOLER, A. L., 2009, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*, Princeton University Press.

SUÁREZ, S. H., 2024, «La Administración Municipal de los Archipelagos Macaronésicos Durante la Edad Moderna», in CHAVES, D. N. (coord.), *O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900): Arte, História e Património*, Santa Casa da Misericórdia de Velas / CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 81-97.

TROUILLOT, M. R., 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, Beacon Press.

VERLINDEN, C., 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, Cornell University Press.

VIEIRA, A., 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, A., 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 93-102.

VIEIRA, A., 2004, «Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650», in SCHWARTZ, S. B. (ed.), *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, The University of North Carolina Press, pp. 42-84.

VIEIRA, A., 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, A., 2017, «Estrangeiros», in *Aprender Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/estrangeiros.

VIEIRA, A., 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», in *Cadernos de divulgação do CEHA*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

WIMMER, A. & SCHILLER, N. G., 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», in *Global Networks*, 2(4), pp. 301-334.

ZURARA, G. E., 1841, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, J. P. Aillaud.